

## **COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO**

### **SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO PROJETO DE LEI Nº 1.952, DE 2003**

Dispõe sobre a elevação para dezoito por cento a alíquota da CSLL devida pelas instituições financeiras.

### **EMENDA MODIFICATIVA**

Altera a redação do art. 4º do substitutivo ao Projeto de Lei nº 1952, de 2003, para a seguinte:

“Art. 4º. Esta Lei entra em vigor no exercício do ano de 2014.”

### **JUSTIFICAÇÃO**

O presente projeto pretende aumentar a arrecadação, dobrando a alíquota da CSLL das instituições financeiras, voltando esses recursos em benefício: 1. do Programa Nacional de Acesso à Alimentação, criado pela Lei nº 10.689, de 13 de junho de 2003; 2. dos Estados e o Distrito Federal e, 3. dos Municípios.

A alteração dessa alíquota passaria a ser exigida a partir da publicação deste normativo, quando todas as instituições financeiras teriam que recolher nada mais nada menos do que o dobro do valor de sua CSLL.

A exigência do aumento da Contribuição Social significa uma importante alteração no caixa das empresas, e, por esta razão, a sua majoração no exercício corrente desestabilizaria a situação econômica dessas instituições, podendo gerar graves atitudes para a manutenção de seus gastos e/ou encargos alcançando diretamente o trabalhador – demissões.

Na busca pela redução de custos as empresas tomariam, de imediato, todas as providências necessárias. A demissão em massa com certeza seria sua primeira opção.

A demissão em massa sempre abala toda a economia do país, porque afeta todas as camadas sociais influenciando diretamente no poder de compra do cidadão.

A alteração ora proposta, evitaria esse impacto uma vez que as instituições financeiras teriam tempo suficiente para poder assumir essa despesa extra, sem repassá-las à sociedade.

Sala da Comissão, de dezembro de 2.007.

GUILHERME CAMPOS  
Deputado Federal – DEM/SP